



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

LEI Nº. 4989/2024

AUTORIZA A REVISÃO GERAL ANUAL DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO E DOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS DO PODER EXECUTIVO, CONFORME ARTIGOS 37, X, E 39, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E ARTIGO 48, § 2º, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, alicerçado nas disposições do Art. 88, inciso V, da Lei Orgânica do Município – **LOM**, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte

LEI:

Art. 1º. Fica autorizada, em favor dos servidores públicos municipais efetivos ativos, inativos e pensionistas, do Poder Executivo, bem como em favor dos agentes políticos do Poder Executivo, a revisão geral anual no percentual de 3,34% (três virgula trinta e quatro por cento), referente à perda inflacionária apurada entre junho/2023 a maio/2024, conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor (**INPC**), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (**IBGE**), conforme Artigo 48, § 2º, da Lei Orgânica do Município – **LOM**, combinado com os Artigos 37, X, e 39, § 4º, da Constituição Federal - **CF**, e excetuados os profissionais do magistério.

Art. 2º. A revisão geral autorizada pelo artigo anterior, só se aplicará aos agentes políticos se compatíveis com os tetos remuneratórios a que estão adstritos.

Art. 3º. Para a execução da presente Lei, será observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal e a Lei Complementar 101/2000, de 04 de maio de 2000.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 4º. As despesas com a execução desta lei correrão à conta de dotações próprias do orçamento vigente e futuros no que couber, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir, no orçamento municipal, crédito adicional especial com recursos provenientes das anulações parciais ou totais de saldos remanescentes dos órgãos, grupos, funções e subfunções, se necessário, para atender às despesas decorrentes desta Lei.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de julho de 2024.

Guarapari/ES., 1º de julho de 2024.

EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES
Prefeito do Município de Guarapari



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

Guarapari – ES., 27 de março de 2024.

OF. GAB. CMG Nº. 034/2024

**Excelentíssimo Senhor
VEREADOR WENDEL SANT'ANA LIMA
MD. Presidente da Câmara Municipal de Guarapari – ES**

Sirvo-me do presente para encaminhar a essa Colenda Casa Legislativa, o sancionamento das Lei Ordinárias Nºs. 4950, 4951, 4952 e 4953/2024, bem como das Leis Complementares Nºs. 154 e 155/2024, originadas do caderno processual administrativo nº. 9033/2024.

Atenciosamente,

EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES
Prefeito Municipal



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

LEI Nº. 4950/2024

REORGANIZA O SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR DE GUARAPARI (SMDCG); REVOGA AS LEIS MUNICIPAIS Nº 2.848/2008, 3.265/2011 E 3.654/2013; ALTERA A LEI Nº 3.886/2014; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, alicerçado nas disposições do Art. 88, inciso V, da Lei Orgânica do Município – **LOM**, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte

LEI:

Art. 1º. Esta Lei estabelece a reorganização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor de Guarapari (**SMDCG**), e disciplina outras estruturas e instrumentos da Procuradoria-Geral do Município previstas na Lei Municipal nº 3866/2014 e na Lei Complementar Municipal nº 115/2020.

CAPÍTULO I

DO SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Seção I

Dos objetivos e composição

Art. 2º. A presente Lei estabelece a reorganização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor (**SMDC**) de Guarapari, nos termos da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e do Decreto nº 2.181 de 20 de março de 1997, integrante do Sistema Nacional e Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, com os quais poderá estabelecer convênios para o desenvolvimento de seus objetivos comuns.

Art. 3º. O Sistema Municipal de Defesa do Consumidor de Guarapari tem como objetivo precípua a realização da política de consumo, a proteção e garantia dos direitos do consumidor e a efetivação do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

Art. 4º. Integram o Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – **SMDC**:

- I – Supervisão Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – **PROCON**;
- II – Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – **COMDECON**;
- III – Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – **FMDC**.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

Parágrafo único. Integram ainda o Sistema Municipal de Defesa do Consumidor os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal e as associações civis que se dedicam à proteção e defesa do consumidor, sediadas em Guarapari, observado o disposto nos artigos 82 e 105 da Lei 8.078/90.

Seção II

Das funções e colaboradores

Art. 5º. No desempenho de suas funções, os órgãos do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor poderão manter convênios de cooperação técnica entre si e com outros órgãos e entidades integrantes dos Sistemas Nacional e Estadual de Defesa do Consumidor, no âmbito de suas respectivas competências, observado o disposto no art. 105 da Lei 8.078/90.

Art. 6º. Consideram-se colaboradores do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor as universidades públicas ou privadas, que desenvolvam estudos e pesquisas relacionadas ao mercado de consumo.

Parágrafo único. Entidades, autoridades, cientistas e técnicos poderão ser convidados a colaborar em estudos ou participar de comissões instituídas pelos órgãos de proteção ao consumidor.

CAPÍTULO II

DO PROCON – ÓRGÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

Seção I

Da vinculação e atribuições

Art. 7º. O PROCON Municipal de Guarapari é órgão vinculado à Procuradoria Geral do Município, destinado a coordenar a promoção e implementação das ações direcionadas à educação, orientação, proteção e defesa do consumidor, bem como à coordenação do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor.

Art. 8º. O PROCON Municipal atua no âmbito local, atendendo diretamente aos consumidores e monitorando o mercado de consumo no Município, tendo papel fundamental na execução da Política Nacional de Defesa do Consumidor, com as seguintes competências:

- I – planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a política municipal de proteção ao consumidor;
- II – receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas, reclamações e sugestões apresentadas por consumidores, por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- III – orientar permanentemente os consumidores e fornecedores sobre seus direitos, deveres e prerrogativas;





**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

- IV – encaminhar ao Ministério Público a notícia de fatos tipificados como crimes contra as relações de consumo e as violações a direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos;
- V – apoiar a criação e o desenvolvimento de associações civis de defesa do consumidor;
- VI – promover medidas e projetos contínuos de educação para o consumo, podendo utilizar os diferentes meios de comunicação e solicitar o concurso de outros órgãos da Administração Pública e da sociedade civil;
- VII – colocar à disposição dos consumidores mecanismos que possibilitem informar os menores preços dos produtos básicos;
- VIII - manter cadastro atualizado de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, divulgando-o publicamente, no mínimo, anualmente, nos termos do art. 44 da Lei nº 8.078/90 e dos art's. 57 a 62 do Decreto 2.181/97, remetendo cópia ao Procon Estadual, preferencialmente por meio eletrônico;
- IX – expedir notificações aos fornecedores para que se manifestem sobre reclamações apresentadas pelos consumidores e compareçam às audiências de conciliação designadas, nos termos do art. 55, § 4º, da Lei 8.078/90;
- X – instaurar, instruir e concluir processos administrativos para apurar infrações à Lei nº 8.078/90, podendo mediar conflitos de consumo, designando audiências de conciliação;
- XI – fiscalizar e aplicar as sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor e em seus regulamentos, por meio de procedimento administrativo que observe as normas e os princípios constitucionais e infraconstitucionais pertinentes, especialmente a legalidade, o devido processo legal e a ampla defesa;
- XII – solicitar o concurso de órgãos e entidades de notória especialização técnica para a consecução dos seus objetivos;
- XIII - encaminhar os consumidores que necessitem de assistência jurídica à Defensoria Pública, bem como encaminhar as violações a direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos das relações de consumo ao Ministério Público;
- XIV – propor a celebração de convênios, parcerias, cooperações técnicas ou consórcios públicos com outros entes ou entidades para a defesa do consumidor.
- XV - ajuizar ações coletivas quando se fizer necessário para a eficaz proteção dos direitos dos consumidores no Município de Guarapari.
- XVI - celebrar termos de ajustamento de conduta com fornecedores e demais intervenientes das relações de consumo, com vistas à cessação de práticas violadoras dos direitos do consumidor, bem como aplicar as devidas sanções administrativas, inclusive cautelares.

Seção II

Da estrutura organizacional

Art. 9º A Estrutura Organizacional do PROCON municipal será a seguinte:

- I – Supervisão do PROCON;
- II – Gerência dos Direitos e Defesa do Consumidor;
- III – Fiscalização.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

IV – Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – COMDECON.

§ 1º. A Supervisão do PROCON será exercida por profissional com graduação em Direito, nomeado pelo Prefeito Municipal.

§ 2º. A Supervisão do PROCON exercerá a direção imediata do Órgão, sob a chefia do Procurador Geral do Município e em auxílio a ele.

§ 3º. A Gerência dos Direitos e Defesa do Consumidor poderá se organizar em setores e /ou núcleos de trabalho, conforme se verifique melhor para o atendimento da política municipal de defesa do consumidor.

§ 4º. Os serviços de atendimento do PROCON serão executados preferencialmente por agentes administrativos, que poderão ser auxiliados por estagiários de ensino médio e superior.

Art. 10. O Poder Executivo Municipal colocará à disposição do PROCON os recursos humanos, os bens materiais e os recursos financeiros necessários ao seu pleno funcionamento.

CAPÍTULO III

DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - COMDECON

Seção I

Das competências do Conselho

Art. 11. O Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – COMDECON, tem por objetivo a promoção e defesa dos direitos do consumidor, firmado nas normas federais, estaduais e municipais aplicáveis ao seu funcionamento, atuando diretamente na formulação e no controle das políticas consumeristas, no âmbito de sua competência.

Art. 12. O COMDECON tem as seguintes atribuições:

- I - atuar na formulação de estratégias e diretrizes para a política municipal de defesa do consumidor;
- II – deliberar e propor a forma de aplicação e destinação dos recursos na reconstituição dos bens lesados e na prevenção de danos, zelando pela consecução dos objetivos previstos nesta Lei, bem como nas Leis Federais nº 7.347/85 e 8.078/90, e suas regulamentações;
- III – prestar e solicitar a cooperação e a parceria de outros órgãos públicos;
- IV – colaborar para edição e atualização das normas referidas no § 1º, do art. 55, da Lei nº 8.078/90;
- V - aprovar e fiscalizar o cumprimento de convênios e contratos como representante do Município, objetivando atender ao disposto no inciso II, deste artigo;



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

- VI - examinar e aprovar projetos de caráter científico e de pesquisa visando ao estudo, proteção e defesa do consumidor;
- VII - aprovar e publicar a prestação de contas anual do Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FMDC, dentro de 60 (sessenta) dias do início do ano subsequente;
- VIII – elaborar seu Regimento Interno.
- IX - fiscalizar a execução financeira dos projetos de defesa do consumidor e emitir parecer sobre a prestação de contas dos mesmos, no caso de utilização de recursos do Fundo Municipal;
- X - avaliar e definir os projetos que serão encaminhados ao Prefeito Municipal para recebimento de aporte de recursos do Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor;
- XI - emitir parecer sobre assuntos e questões relativas à defesa do consumidor que lhe sejam submetidos pela Administração Pública Municipal;
- XII - participar em eventos e ações que tratem de assuntos de relevância na área consumerista, assim definido pela maioria absoluta dos membros do COMDECON.

Seção II

Da composição do Conselho

Art. 13. O funcionamento do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – COMDECON será regulamentado em seu Regimento Interno, o qual deverá ser aprovado pela maioria absoluta de seus integrantes e submetido à anuência do Prefeito, que o homologará por meio de Decreto Municipal em caso de concordância.

Art. 14. O COMDECON será composto por representantes do Poder Público e de entidades representativas de fornecedores e consumidores, assim discriminados:

I - o Supervisor do PROCON

II – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

III – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência e Cidadania.

IV - 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Fazenda;

V- 01(um) representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura;

VI – 01 (um) representantes do comércio lojista de Guarapari;

VII – 01 (um) representante do setor empresarial do Município de Guarapari.

VIII – 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de Guarapari;

IX – 01 (um) representantes de associação civil, regularmente estabelecida, que tenha como missão a defesa das prerrogativas e direitos do consumidor.

§ 1º. O Supervisor do PROCON Municipal é membro nato do COMDECON e exercerá a sua presidência, sendo que nas decisões terá, além do seu voto, o de qualidade.

§ 2º. As indicações para nomeações ou substituições de conselheiros serão feitas pelas entidades ou órgãos na forma de seus estatutos.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

§ 3º. Para cada membro será indicado um suplente que o substituirá, com direito a voto, nas ausências ou impedimentos do titular, cabendo ao conselheiro titular, em caso de impedimento em comparecer à sessão ordinária ou extraordinária, convocar o seu respectivo suplente.

§ 4º. Perderá a condição de membro do COMDECON, configurando renúncia tácita, com necessidade de substituição, o representante que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) alternadas, no período de 1 (um) ano.

§ 5º. Os órgãos e entidades relacionados neste artigo poderão, a qualquer tempo, propor a substituição de seus respectivos representantes, obedecendo o disposto no § 2º deste artigo.

§ 6º. As funções dos membros do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor não serão remuneradas, sendo seu exercício considerado relevante serviço à promoção e preservação da ordem econômica e social local.

§ 7º. Os membros do COMDECON e seus suplentes, à exceção do membro nato, terão mandato de dois anos, permitida uma recondução.

§ 8º. No caso de inexistência da associação de consumidores prevista no inciso VII deste artigo, o Presidente do COMDECON solicitará a indicação de membro por entidade civil de direitos humanos ou de direitos sociais, observando sempre o grau de relação entre as finalidades e objetivos da entidade e a política de proteção e defesa do consumidor.

§ 9º. Não é permitido aos membros do COMDECON se beneficiarem dos recursos do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor.

Art. 15. Os membros e suplentes do CONDECOM serão indicados pelos respectivos órgãos/entidades que representarão.

Art. 16. Cada membro e/ou suplente só poderá exercer a representação de um único órgão/entidade.

Parágrafo único. A limitação de tempo estabelecida no § 8º, do artigo 14 desta Lei, incide também para a mudança do membro para outra representação, de modo que, exercida a participação no Conselho pelo período de 04 (quatro) anos ininterruptos, ainda que em representações distintas, o retorno à composição do COMDECON observará o interstício mínimo de um mandato.

Art. 17. A nomeação dos membros do COMDECON e seus respectivos suplentes será realizada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Seção III

Da organização do Conselho

Art. 18. O COMDECON reunir-se-á ordinariamente 01 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou por solicitação da maioria de seus membros, podendo ser a sessão presencial ou *on line* com certificação das presenças por todos os membros em ata.





**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

Parágrafo único. As sessões plenárias do Conselho instalar-se-ão com a maioria de seus membros, que deliberarão pela maioria dos votos presentes.

Art. 19. As Reuniões do COMDECON funcionarão da seguinte forma:

- I - abertura e verificação do número de presentes com direito a voto;
- II - leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior;
- III - leitura do expediente, comunicações, requerimentos, moções, indicações e proposições;
- IV - discussão e deliberação sobre as matérias em pauta;
- V - indicação de pauta da reunião subsequente.

Art. 20. Nas Reuniões do COMDECON visitantes poderão fazer uso da palavra, mediante autorização do plenário.

Art. 21. O regimento interno definirá o tempo de exposição oral durante as reuniões do Conselho.

Art. 22. O COMDECON poderá publicar no Diário Oficial do Município suas resoluções, comunicados e outros instrumentos previstos no Regimento Interno.

Art. 23. São estruturas do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – COMDECON:

- I – Plenário;
- II – Presidência;
- III – Secretaria Executiva.

Seção IV

Do Plenário

Art. 24. O Plenário do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – COMDECON é o órgão deliberativo máximo, composto pelos conselheiros titulares e, na ausência destes, por seus respectivos suplentes.

Art. 25. Compete aos conselheiros:

- I - manifestar e votar sobre todas as matérias de competência do Plenário;
- II - comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho, justificando eventual ausência;
- III - requerer que constem em pauta assuntos que devam ser objeto de discussão e deliberação do Conselho, bem como requerer preferência para exame de matéria urgente;
- IV - representar o Conselho quando designado pelo plenário e/ou presidência;
- V - requerer a convocação de reuniões extraordinárias do plenário;
- VI - apresentar projetos e formular moções e proposições no âmbito de competência do Conselho;
- VII - propor alterações no Regimento Interno para discussão no plenário.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

Seção V

Da Presidência

Art. 26. A Presidência do Conselho será exercida pelo Supervisor do PROCON, que em sua ausência e impedimento será substituído pelo Gerente dos Direitos e Defesa do Consumidor.

Parágrafo único. Em caso de ausência ou impedimento permanente ou temporário do Supervisor do PROCON e do Gerente dos Direitos e Defesa do Consumidor, concomitantemente, o Chefe do Poder Executivo Municipal designará representante do Poder Público, integrante ou não do CONDECOM, para a presidência interina e extraordinária, até o fim da ausência ou impedimento.

Art. 27. Compete à Presidência do COMDECON:

- I - coordenar e presidir as sessões ordinárias e extraordinárias;
- II - convocar com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis os membros do Conselho para se fazerem presentes aos atos necessários ao seu bom desempenho;
- III - apresentar calendário anual das atividades do Conselho para aprovação dos demais membros;
- IV - representar condignamente o Conselho em suas relações externas, em juízo ou fora dele;
- V - cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho;
- VI - por em discussão as atas das sessões e os pareceres do Conselho, encaminhando estes para os devidos fins;
- VII - assinar as correspondências ou comunicações expedidas pelo Conselho;
- VIII - assinar atas das sessões, pareceres e resoluções do Conselho e dar-lhes publicidade;
- IX - promover a administração operacional e a interlocução institucional, visando à execução das decisões do Conselho;
- X - comunicar ao Gestor Público Municipal as faltas dos membros da Administração Pública Municipal às sessões do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor.

Seção VI

Da Secretaria Executiva

Art. 28. A Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – COMDECON, será exercida por servidor público integrante do PROCON Municipal, designado pelo Supervisor do órgão especialmente para esse fim.

Art. 29. Compete à Secretaria Geral:

- I - organizar e manter atualizado o cadastro dos membros do Conselho;
- II - elaborar as atas das reuniões do Conselho;



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

- III - organizar a correspondência dirigida ao Conselho, bem como no início de cada reunião prestar contas das correspondências recebidas e expedidas;
- IV - atualizar e organizar arquivos, notas à imprensa e documentos no âmbito das atribuições do Conselho;
- V - dar publicidade do cronograma de atividades do Conselho;
- VI - prestar assistência ao Presidente e ao Conselho no cumprimento de suas atribuições e/ou na preparação de pautas, classificando as matérias por ordem cronológica de entrada no protocolo e distribuindo-as aos conselheiros para conhecimento;
- VII - pesquisar informações relativas às atualização da legislação vigente, informando-as ao Conselho.

CAPÍTULO IV

DO FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR – FMDC

Art. 30. O Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FMDC, de que trata o art. 57, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, regulamentada pelo Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997, tem como objetivo receber e destinar recursos para o desenvolvimento de ações e serviços de promoção, proteção e defesa dos direitos do consumidor.

Art. 31. O FMDC será implementado, gerido e administrado pelo Prefeito Municipal, a quem é diretamente vinculado, sendo que os recursos que o integram somente poderão ser utilizados/investidos com a aprovação da maioria do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor.

§ 1º. A execução de recurso e a ordenação de despesas do FMDC são de responsabilidade do Prefeito Municipal, após aprovação do COMDECON, sendo que a gerência do investimento será exercida pelo Supervisor do PROCON.

§ 2º. O FMDC tem prazo indeterminado de duração.

Art. 32. O FMDC terá o objetivo de prevenir e reparar os danos causados à coletividade de consumidores no âmbito do Município de Guarapari, e seus recursos serão aplicados:

- I – na reparação dos danos causados à coletividade de consumidores do Município de Guarapari;
- II - na promoção de atividades e eventos educativos, culturais e científicos e na edição de material informativo relacionado à educação, proteção e defesa do consumidor;
- III - no custeio de exames periciais, estudos e trabalhos técnicos necessários à instrução de inquérito civil ou procedimento investigatório preliminar instaurado para a apuração de fato ofensivo ao interesse difuso ou coletivo;
- IV – na estruturação, modernização e promoção administrativa e institucional do PROCON de Guarapari e da Procuradoria do Município de maneira geral, inclusive quanto à aquisição de produtos e contratação de serviços, nos termos da legislação vigente, considerando a necessidade de



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

ambientes adequados para realização dos trabalhos de promoção, proteção e defesa do consumidor que realizam;

V – no financiamento de projetos relacionados com os objetivos da Política Nacional das Relações de Consumo (art. 30 do Decreto n.º 2.181/90);

VI – no custeio de pesquisas e estudos sobre o mercado de consumo municipal, elaborados por profissional de notória especialização ou por instituição sem fins lucrativos incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional;

VII – no custeio da participação de representantes do PROCON, membros do COMDECON e membros da Procuradoria-Geral do Município em reuniões, encontros e congressos relacionados à proteção e defesa do consumidor, desde que aprovado pela maioria absoluta do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso III deste artigo, deverá o COMDECON considerar a existência de fontes alternativas para custeio da perícia, a sua relevância, a sua urgência e as evidências de sua necessidade.

Art. 33. Constituem recursos do FMDC o produto da arrecadação:

- I - das condenações judiciais de que tratam os artigos 11 e 13 da Lei 7.347 de 24 de julho de 1985;
- II - dos valores destinados ao Município em virtude da aplicação da multa prevista no art. 56, inciso I, e no art. 57 e seu parágrafo único da Lei nº 8.078/90, assim como daquela cominada por descumprimento de obrigação contraída em termo de ajustamento de conduta;
- III - as transferências orçamentárias provenientes de outras entidades públicas ou privadas;
- IV - os rendimentos decorrentes de depósitos bancários e aplicações financeiras, observadas as disposições legais pertinentes;
- V - as doações de pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras;
- VI - outras receitas que vierem a serem destinadas ao FMDC.

Art. 34. Fica autorizada a composição financeira do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC, com recursos de pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado para apoio compartilhado de programas, projetos e ações de interesse estratégico para o desenvolvimento da defesa dos direitos do consumidor.

Parágrafo único. O aporte dos recursos das pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado previsto neste artigo não gozará de incentivo fiscal.

Art. 35. As receitas descritas no artigo anterior serão depositadas obrigatoriamente em conta especial, a ser aberta e mantida em estabelecimento oficial de crédito.

§ 1º. Fica autorizada a aplicação financeira das disponibilidades do Fundo em operações ativas, de modo a preservá-las contra eventual perda do poder aquisitivo da moeda.





**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

§ 2º. O saldo credor do Fundo, apurado em balanço no término de cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte, a seu crédito.

§ 3º. O Presidente do COMDECON é obrigado a publicar mensalmente os demonstrativos de receitas e despesas gravadas nos recursos do FMDC, repassando cópias aos demais conselheiros, na primeira reunião subsequente.

CAPÍTULO V

DA MACRO-REGIÃO

Art. 36. O Poder Executivo Municipal poderá contratar consórcios públicos ou convênios de cooperação com outros municípios, visando a estabelecer mecanismos de gestão associada e atuação em conjunto para a implementação de macrorregiões de proteção e defesa do consumidor, nos termos da Lei 11.107, de 06 de abril de 2005.

Art. 37. O protocolo de intenções que anteceder à contratação de consórcios públicos de defesa do consumidor definirá o local de sua sede, que poderá ser estabelecida em quaisquer dos municípios consorciados, bem como a sua denominação obrigatória de PROCON REGIONAL, com competência para atuar em toda a extensão territorial dos entes consorciados.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 38. O Poder Executivo Municipal prestará apoio administrativo e fornecerá os recursos humanos e materiais necessários ao funcionamento do COMDECON e do FMDC.

Art. 39. As multas aplicadas pelo PROCON Municipal poderão ser reduzidas em benefício do infrator, observadas as seguintes disposições:

I – 50 % (cinquenta por cento) do valor para pagamento até 10 (dez) dias após a notificação da decisão de primeira instância, desde que o autuado apresente requerimento ao PROCON nesse sentido.

II – 30% (trinta por cento) do valor para pagamento até 10 (dez) dias após a notificação da decisão de 2ª Instância, desde que o autuado apresente requerimento ao PROCON nesse sentido.

Art. 40. O parágrafo único do artigo 1º da Lei Municipal nº 3.866/2014 passa a vigorar com seguinte redação:

Art. 1º ...



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

Parágrafo Único - A gratificação de produtividade estabelecida no *caput* deste artigo também é assegurada aos ocupantes dos cargos de Procurador-Geral e Subprocurador Geral.

Art. 41. O *caput* do artigo 3º da Lei Municipal nº 3.866/2014 passa a vigorar com seguinte redação:

Art. 3º - A gratificação de produtividade será calculada sobre o número de pontos efetivamente alcançado pelos Procuradores, pelo Procurador-Geral e pelo Subprocurador Geral até o limite mensal de 20.000 (vinte mil) pontos, como produto do trabalho realizado no período compreendido entre o primeiro e o último dia útil do mês anterior.

Art. 42. As despesas eventualmente necessárias para a execução desta Lei correrão por conta do orçamento do Poder Executivo Municipal, o qual poderá ser suplementado para tal finalidade sempre que necessário.

Art. 43. O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei, sempre que a medida se fizer necessária ao seu melhor cumprimento.

Art. 44. A vigência desta legislação municipal não exclui a aplicabilidade de outras normas de caráter nacional ou regional sobre a matéria.

Art. 45. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos após o prazo de 200 (duzentos) dias.

Art. 46. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial as Leis Municipais de números nº. 2.848/2008, 3.265/2011 e 3.654/2013.

Guarapari/ES. 27 de março de 2024.


EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES
Prefeito Municipal

Projeto de Lei (PL)
Autoria do PL Nº046/2024: Poder Executivo Municipal
Processo Administrativo Nº 9033/2024



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

Guarapari – ES., 25 de março de 2024.

OF. GAB. CMG Nº. 032/2024

**Excelentíssimo Senhor
VEREADOR WENDEL SANT'ANA LIMA
MD. Presidente da Câmara Municipal de Guarapari – ES**

Sirvo-me do presente para encaminhar a essa Colenda Casa Legislativa, o sancionamento das Lei Ordinárias N°s. 4947, 4948 e 4949/2024, originadas do caderno processual administrativo nº. 8688/2024.

Atenciosamente,

EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES
Prefeito Municipal



PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº. 4949/2024

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº.
4684/2022, ATUALIZANDO VALORES
DOS VENCIMENTOS DOS AGENTES DE
ATENDIMENTO EM SAÚDE B, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, alicerçado nas disposições do Art. 88, inciso V, da Lei Orgânica do Município – LOM, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte

LEI:

Art. 1º. O Anexo VB – 02 da Lei Nº 4684/2022, passa a vigor com os vencimentos básicos (VB) atualizados para o cargo/funções de Agente de Atendimento em Saúde B - (AAS-B)/Agente Comunitário de Saúde, Agente de Combate às Endemias, como segue:

VB-02						
Cargo: Agente de Atendimento em Saúde B - (AAS-B)						
Funções: Agente Comunitário de Saúde, Agente de Combate às Endemias						
30 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 2.118,00	R\$ 2.181,54	R\$ 2.246,99	R\$ 2.314,40	R\$ 2.384,83	R\$ 2.455,34	R\$ 2.529,00
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 2.604,87	R\$ 2.683,02	R\$ 2.763,51	R\$ 2.846,41	R\$ 2.931,81	R\$ 3.019,76	R\$ 3.110,35
40 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 2.824,00	R\$ 2.908,72	R\$ 2.995,98	R\$ 3.085,86	R\$ 3.178,44	R\$ 3.273,79	R\$ 3.372,00
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 3.473,16	R\$ 3.577,36	R\$ 3.684,68	R\$ 3.795,22	R\$ 3.909,08	R\$ 4.026,35	R\$ 4.147,14



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 2º. A atualização e o realinhamento do Anexo VB – 02 da Lei Nº. 4684/2022, de que trata o Art. 1º, diz respeito ao valor do piso nacional fixado pelas Leis Nºs. 11.350/2006 e 12.994/2014 e pela EMENDA CONSTITUCIONAL Nº. 120/2022.

Art. 3º. Fica autorizada a adequação, por Decreto, dos anexos das Leis Nºs. 4684, 4685 e 4686/2022, atualmente em vigor e vinculadas aos Plano de Cargos e Vencimentos dos servidores públicos existentes na estrutura administrativa do Município de Guarapari, em razão da política nacional de fixação de pisos e profissões regulamentadas pelo Governo Federal.

Parágrafo Único: O cumprimento do disposto neste Artigo estará condicionado ao recebimento de recursos originários do Governo Federal ou por cumprimento de legislação federal referente à política salarial nacional adotada aos entes federados.

Art. 4º. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações próprias que serão suplementadas, se necessárias.

Art. 5º. Permanecem inalterados os demais dispositivos da Lei Nº. 4684/2022 (principal), alterada por força da Lei Nº. 4823/2023 (acessória).

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a 1º de janeiro de 2024.

Guarapari – ES., 25 de março de 2024.

EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES
Prefeito Municipal



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

LEI Nº. 4940/2024

**DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DA
TABELA DE VENCIMENTOS PARA OS
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
MUNICIPAL E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, contidas no Art. 88, inciso V da Lei Orgânica do Município, LOM, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte

LEI:

Art. 1º. Fica concedido aos profissionais da Educação, que exercem cargo no Magistério Público Municipal, reajuste salarial de 3,62% (três vírgula sessenta e dois por cento), incidente sobre a tabela de reajuste de que trata a Lei 4.804/2023, de 03 de abril de 2023.

Art. 2º. Serão beneficiados com o reajuste, estabelecido pelo *caput* do artigo anterior, os profissionais investidos em cargos e funções especificamente do Magistério, lotados na Secretaria Municipal da Educação – **SEMED**.

Art. 3º. Os novos valores dos vencimentos relativos às classes/níveis dos profissionais do magistério são os constantes do Anexo I.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2024.

Guarapari –ES., 26 de fevereiro de 2024

EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES
Prefeito Municipal



PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I

TABELA SALARIAL DO MAGISTERIO - 25 HORAS SEMANAIS 2024

CLASSE	NÍVEIS	CARRERA																
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO MAPA, MAPB e MAPP	I	2.863,01	2.920,27	2.978,68	3.038,25	3.099,01	3.160,99	3.224,21	3.288,70	3.354,47	3.421,56	3.489,99	3.559,79	3.630,99	3.703,61	3.777,68		
	II	2.868,98	2.926,36	2.984,89	3.044,58	3.105,47	3.167,58	3.230,94	3.295,55	3.361,47	3.428,70	3.497,27	3.567,21	3.638,56	3.711,33	3.785,56		
	III	2.882,58	2.940,24	2.999,04	3.059,02	3.120,20	3.182,61	3.246,26	3.311,18	3.377,41	3.444,95	3.513,85	3.584,13	3.655,81	3.728,93	3.803,51		
	IV	2.897,29	2.955,23	3.014,34	3.074,62	3.136,12	3.198,84	3.262,82	3.328,07	3.394,63	3.462,53	3.531,78	3.602,41	3.674,46	3.747,95	3.822,91		
	V	2.901,70	2.959,74	3.018,93	3.079,31	3.140,90	3.203,71	3.267,79	3.333,14	3.399,81	3.467,80	3.537,16	3.607,90	3.680,06	3.753,66	3.828,73		
	VI	3.280,75	3.346,37	3.413,30	3.481,56	3.551,19	3.622,22	3.694,66	3.768,56	3.843,93	3.920,81	3.999,22	4.079,21	4.160,79	4.244,01	4.328,89		
	VII	3.608,83	3.681,00	3.754,62	3.829,71	3.906,31	3.984,44	4.064,12	4.145,41	4.228,31	4.312,88	4.399,14	4.487,12	4.576,86	4.668,40	4.761,77		
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO MAPA, MAPB e MAPP	I	3.853,23	3.930,30	4.008,91	4.089,08	4.170,87	4.254,28	4.339,37	4.426,16	4.514,68	4.604,97	4.697,07	4.791,01	4.886,83	4.984,57	5.084,26		
	II	3.861,27	3.938,40	4.017,26	4.097,61	4.179,56	4.263,15	4.348,41	4.435,38	4.524,09	4.614,57	4.706,86	4.801,00	4.897,02	4.994,96	5.094,86		
	III	3.879,58	3.957,17	4.036,31	4.117,04	4.199,38	4.283,37	4.369,04	4.456,42	4.545,54	4.636,46	4.729,18	4.823,77	4.920,24	5.018,65	5.119,02		
	IV	3.899,37	3.977,36	4.056,90	4.138,04	4.220,80	4.305,22	4.391,32	4.479,15	4.568,73	4.660,11	4.753,31	4.848,37	4.945,34	5.044,25	5.145,13		
	V	3.905,31	3.983,41	4.063,08	4.144,34	4.227,23	4.311,78	4.398,01	4.485,97	4.575,69	4.667,21	4.760,55	4.855,76	4.952,88	5.051,93	5.152,97		
	VI	4.415,46	4.503,77	4.593,85	4.685,72	4.779,44	4.875,03	4.972,53	5.071,98	5.173,42	5.276,89	5.382,43	5.490,07	5.599,88	5.711,87	5.826,11		
	VII	4.857,00	4.954,14	5.053,23	5.154,29	5.257,38	5.362,52	5.469,78	5.579,17	5.690,75	5.804,57	5.920,66	6.039,07	6.159,86	6.283,05	6.408,71		

PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO NÃO HABILITADO	PC I	2.576,71
	PC II	2.582,09
	PC III	2.594,32
	PC IV	2.607,56



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

LEI COMPLEMENTAR Nº. 157/2024

INSTITUI A LICENÇA PATERNIDADE
AOS SERVIDORES PÚBLICOS NO
ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE
GUARAPARI E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, alicerçado nas disposições do art. 88, inciso V, da Lei Orgânica do Município – LOM, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. Os servidores públicos integrantes do quadro de pessoal da Administração Direta do Poder Executivo, do Poder Legislativo Municipal, Empresa de Economia Mista e Empresa Autárquica Municipal terão direito pelo nascimento ou adoção de filhos, à licença paternidade de 20 (vinte) dias consecutivos, a contar da data do nascimento de filho, da assinatura do termo judicial de adoção ou do termo judicial de guarda para fins de adoção de criança.

Parágrafo Único – Considera-se criança a pessoa com até doze anos de idade incompletos, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Art. 2º. Altera o Art. 75 da Lei Nº. 1278/1991, de 10 de abril de 1991, acrescido do inciso XXIV, como se nela transcrito:

“Art.75 - Será considerado de efetivo exercício o afastamento em virtude de:

I - ...

XXIV – Licença Paternidade.”

Art. 3º. Fica acrescido o inciso XI ao Art. 89 da Lei Nº. 1278/1991, de 10 de abril de 1991, como se nela transcrito

“Art. 89 – Será concedida licença ao funcionário:

I - ...

XI – Licença Paternidade.”



**MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 4º. O servidor público municipal terá direito, pelo nascimento ou adoção de filhos, à licença paternidade de 20 (vinte) dias consecutivos.

§ 1º. Compete ao chefe imediato do servidor público a concessão da licença de que trata este artigo, comunicando ao setor de pessoal do órgão ou entidade para fins de assentamentos funcionais.

§ 2º. Em caso de óbito da gestante, no parto, o pai servidor público, na condição de responsável pela guarda da criança, fará jus à licença de 120 (cento e vinte) dias para cuidar do filho.

Art. 5º. A licença Paternidade deverá ser solicitada no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data do nascimento do filho, da assinatura do termo judicial de adoção ou do termo judicial de guarda para fins de adoção de criança, mediante envio de requerimento à unidade setorial de recursos humanos do órgão ou entidade de exercício, instruído com cópia da certidão de nascimento ou dos termos judiciais.

Art. 6º. O servidor não poderá exercer qualquer atividade remunerada durante a licença Paternidade.

Parágrafo Único. O descumprimento do disposto neste artigo implicará o cancelamento da licença e o registro da ausência como falta ao serviço.

Art. 7º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a expedir normas complementares para a fiel execução desta Lei.

Art. 8º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Guarapari – ES., 16 de outubro de 2024.

EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES
Prefeito Municipal



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

LEI COMPLEMENTAR Nº. 153/2024

INSTITUI O REGIME ESPECIAL DE TRABALHO PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E AUTÁRQUICA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, QUE TENHAM CÔNJUGE, FILHO OU DEPENDENTE COM DEFICIÊNCIA.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, consoante ao estabelecido no Art. 67, § 7º da LOM – Lei Orgânica do Município faz saber que o Plenário **APROVOU** e EU **PROMULGO** a seguinte:

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. Esta Lei Complementar estabelece regime especial de trabalho a ser concedido aos servidores públicos da Administração Direta, Indireta e Autárquica do Poder Executivo Municipal que tenham cônjuge, filho ou dependente com deficiência.

§ 1º VETADO.

§ 2º VETADO.

Art. 2º. O regime especial de trabalho de que trata esta Lei Complementar garantirá ao servidor público Municipal que possui carga horária superior a 30h semanais, o exercício de jornada semanal de trabalho, em 30% (trinta por cento) inferior à estabelecida para o cargo do qual é titular, objetivando prestar especiais cuidados à pessoa com deficiência, conforme enquadramento estabelecido no Art. 1º, desta Lei.

Parágrafo Único. Aplicar-se-á também a redução da jornada em 30% (trinta por cento), na totalidade da carga horária, na hipótese de o servidor acumular cargo, emprego ou função pública, neste Município na forma prevista no art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, no caso de a carga horária dos 2 (dois) cargos, ser superior a totalidade de 30h semanais.

Art. 3º. O regime especial de que trata esta Lei Complementar será concedido ao servidor, sem que haja a necessidade de compensação de horário e sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 4º. Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com diversas barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

em igualdades de condições com as demais pessoas, nos termos previstos na Lei Federal nº. 13.146, de 06 de julho de 2015.

Art. 5º. Considera-se dependente, de acordo com a definição contida no art. 5º da Lei Complementar Estadual Nº 282/2004:

I - o cônjuge ou convivente, na constância do casamento ou da união estável, ficando vedada a inscrição simultânea;

II - o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos;

III - o enteado e o tutelado, menores de 21 (vinte e um) anos, não emancipados, na forma da legislação civil, e que não recebam pensão alimentícia, benefício previdenciário ou não possuam condições suficientes para o próprio sustento e educação, equiparam-se aos filhos;

IV - os filhos maiores inválidos, com deficiência grave ou com deficiência intelectual ou mental, enquanto solteiros, economicamente dependentes dos pais e se a causa da invalidez ou da deficiência tenha ocorrido até 21 (vinte e um) anos;

V - os pais inválidos, com deficiência grave ou com deficiência intelectual ou mental, se economicamente dependentes do servidor.

§ 1º A invalidez de que trata o inciso acima deverá ser atestada por laudo expedido por perícia médica oficial deste Município.

§ 2º Considera-se “economicamente dependente” para fins do inciso V, aquele que comprovadamente, viva sob o mesmo teto do servidor ou que dele receba recursos para subsistência, tenha renda inferior a 01 (um) salário mínimo e não possua bens.

Art. 6º. São requisitos cumulativos para a concessão do regime especial de trabalho:

I - a estabilidade no serviço público;

II - a comprovação da necessidade do regime especial para acompanhamento da pessoa deficiente, comprovado o tratamento médico em curso;

III - a coabitação com o filho, cônjuge ou dependente; e

IV - não ocupação de cargo em comissão ou função gratificada, não prestação de serviço extraordinário ou extensão de Carga Horária no âmbito da Administração Pública Municipal.

§ 1º Não fará jus ao regime especial, o servidor público que tenha cônjuge ou companheiro (a) já contemplado com carga horária especial concedida para a mesma finalidade por órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer dos entes da Federação.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

§ 2º VETADO.

Art. 7º. O regime especial de trabalho será permitido aos servidores que, mediante requerimento, cumprirem os requisitos e manifestarem adesão aos termos e às condições desta Lei Complementar.

§ 1º. Para a propositura do requerimento do regime especial de trabalho deverá ser juntada a seguinte documentação:

I – Preenchimento do Requerimento de Regime Especial de Trabalho (disponível na <http://intranet.guarapari.es.gov.br/SEMAD>)

II – Comprovação, em instrumento público, da maternidade ou paternidade, união conjugal, tutela ou curatela da pessoa com deficiência a ser acompanhada;

III – Laudo médico e eventuais exames complementares que atestem a necessidade da pessoa com deficiência de ter seu tratamento terapêutico acompanhado pelo servidor;

IV – Declaração do servidor que não ocupa cargo em comissão, função gratificada, extensão de Carga Horária ou Prestação de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo Municipal;

V – Comprovação da estabilidade no serviço público.

VI – No caso de o servidor optar por deixar as atividades descritas nos incisos I e IV do Art. 9º, desta Lei, deverá apresentar declaração de necessidade de localização em atividade compatível;

VII – Autuação do processo.

§ 2º. Enquanto o requerimento estiver pendente de deliberação, exigir-se-á do servidor o cumprimento da carga horária integral de seu cargo público, em seu local de trabalho.

§ 3º. A concessão do regime especial de trabalho dependerá de submissão à inspeção de junta médica oficial.

§ 4º. A redução da jornada de trabalho será concedida pelo período de 01 (um) ano, sendo renovável por iguais períodos, observando os procedimentos previstos nos parágrafos anteriores e os pressupostos que ensejaram a sua concessão.

Art. 8º. Deverá o servidor em regime especial comunicar imediatamente ao seu respectivo órgão/setor ou entidade qualquer ato ou fato que importe alteração da condição do filho, cônjuge ou dependente que motivou a concessão do regime especial de trabalho, sob pena de responsabilização disciplinar, especialmente nos casos de:

I - perda da guarda definitiva, tutela ou curatela do filho ou dependente;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

II - dissolução da união conjugal;

III - convalescença da condição que caracterizou a deficiência; e

IV - falecimento do assistido.

Art. 9º. O regime especial que trata esta Lei Complementar incompatibilizará o servidor para:

I - o cumprimento de escalas de plantão ou turnos ininterruptos;

II – prestação de horas de serviço extraordinário;

III- prestação de Carga Horária Especial;

IV- a opção por cargo, função ou regime que exija dedicação integral ao serviço;

Parágrafo único. Fica garantida aos servidores que trabalham nas modalidades previstas nos incisos I e IV, no ato da concessão do regime especial, a localização em setor ou unidade administrativa cujas atividades sejam compatíveis com a carga horária reduzida de trabalho.

Art. 10. VETADO.

Art. 11. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 09 de janeiro de 2024.

WENDEL SANTANA

LIMA:12446123759

WENDEL SANT'ANA LIMA

Presidente da Câmara Municipal de Guarapari.

Assinado de forma digital por

WENDEL SANTANA

LIMA:12446123759

Dados: 2024.01.11 18:06:28 -03'00'

MATÉRIA: Projeto de Lei Complementar nº 018/2023

AUTOR: Poder Executivo

Processo Legislativo nº 1697/2023

11 JUL 2024



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº. 381/2024

**DISPÕE SOBRE EXTINÇÃO E COMPOSIÇÃO
DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO
COM ADEQUAÇÃO INTERNA EM ÓRGÃO
PERTENCENTE À ESTRUTURA
ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA DO
MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, contidas dos Arts. 88, III, e 121, I, alínea "b" e "d", da Lei Orgânica Municipal – LOM;

Considerando a necessidade de readequação da estrutura organizacional da Administração Direta do Poder Executivo positivada pela Lei Complementar Nº. 102/2017, por onde, verificou-se a necessidade do ajustamento da máquina administrativa especificamente do órgão **Secretaria Municipal da Saúde – SEMSA** – **SEMSA** vinculado a sua estrutura funcional, objetivando uma abrangência mais eficiente das atividades.

Considerando que, não haverá acréscimo de valores e cargos na estrutura organizacional do Município, tratando-se apenas de transposição com adequação interna referente a cargos de provimento em comissão entre órgãos vinculados a estrutura organizacional administrativa da Administração Direta do Poder Executivo;

Considerando o disposto nos Arts. 2º e 3º da Lei Complementar Nº. 122/2021 combinado o com Art. 5º da Lei Complementar Nº. 124/2021, Art. 3º da Lei Complementar Nº. 130/2022 e Art. 13 da Lei Complementar Nº. 136/2023,

DECRETA:

Art. 1º. Altera dispositivo com extinção e fusão de cargo de provimento em comissão de Coordenação de Assistência Farmacêutica, Ref. PC-6, da Secretaria Municipal da Saúde - **SEMSA**, para compor o cargo de provimento em comissão de Analista de Controle de Insumos, Ref. PC-4; Gerência de Distribuição – Ref. PC-9 e Subgerência de Assistência Farmacêutica - Ref. PC-9, adequando a estrutura organizacional administrativa, conforme anexo I, deste Decreto.

Art. 2º. Permanecem inalterados os demais dispositivos Estrutura Organizacional Administrativa da Administração Direta do Poder Executivo.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 3º. Fazem parte integrante deste Decreto os anexos:

- I. Quadro Demonstrativo com adequação dos cargos comissionados, com símbolos referenciais;
- II. Atribuições dos cargos com adequação;

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Guarapari – ES., 10 de julho de 2024.

EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES
Prefeito Municipal



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

ANEXO I

**ADEQUAÇÃO DE CARGOS E REFERÊNCIAS DOS CARGOS
DE PROVIMENTO EM COMISSÃO POR ORGÃOS**

EXTINTO:		
Coordenação de Assistência Farmacêutica.	Ref. PC-6	SEMSA

CRIADO:		
Subgerência de Assistência Farmacêutica.	Ref. PC-9	SEMSA

ALTERADO:		
De: Supervisão de Controle de Insumos. Para: Analista de Controle de Insumos.	Ref. PC-5 Ref. PC-4	SEMSA
De: Subgerência de Distribuição de Insumos e Medicamentos. Para: Gerência de Distribuição de Insumos e Medicamentos.	Ref. PC-9 Ref. PC-8	SEMSA



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

ANEXO II

ANALISTA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Objetivo: Analisar e Coordenar as ações de formulação, planejamento, direção, organização, normalização, articulação, controle e avaliação relacionada com a Política de Assistência Farmacêutica no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde – **SEMSA**.

1. Analisar e executar as atividades de dispensação, distribuição, guarda e controle de imunobiológicos, medicamentos e correlatos.
2. Controlar prazos de validade e qualidade de medicamentos e correlatos.
3. Controlar estoque das Unidades de assistência farmacêutica nas Unidades de Saúde.
4. Abastecer o almoxarifado de medicamentos, e correlatos e controlar estoque.
5. Receber, conferir, controlar e distribuir medicamentos e correlatos.
6. Elaborar mapas de consumo de medicamentos e psicotrópicos.
7. Preparar relatórios de consumo de psicotrópicos e enviar aos órgãos competentes.
8. Solicitar a compra, controlar e zelar pelo estoque de medicamentos e correlatos no almoxarifado.
9. Dispensar medicamentos e correlatos aos usuários e às farmácias das Unidades de Saúde.
10. Distribuir material para curativos nas Unidades de Saúde.
11. Prestar orientações farmacológicas ao corpo médico e de enfermagem.
12. Organizar e supervisionar os serviços de farmácia, bem como o trabalho dos profissionais farmacêuticos, realizando controle de frequência e férias dos servidores.
13. Coordenar a padronização de medicamentos na rede SUS municipal.
14. Garantir o pleno funcionamento das farmácias das Unidades.
15. Monitorar e executar as ações e metas direcionadas a sua área afim na Programação Anual de Saúde e Plano Municipal de Saúde.
16. Zelar pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor;
17. Estabelecer rotina de trabalho;
18. Desempenhar outras atribuições afins correlatas ao exercício do cargo e pleno funcionamento da Administração Municipal e do Sistema Único de Saúde (SUS).

GERÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO DE INSUMOS E MEDICAMENTOS

Objetivo: Gerenciar o controle de Insumos e Farmacêuticos e Medicamentos quando necessário. Gerenciar a adequada distribuição de insumos e medicamentos nas Unidades Básicas de Saúde e demais estabelecimentos prestadores de serviço do SUS compostos pela gestão pública municipal.

1. Planejar, gerenciar e promover a adequada distribuição de insumos e medicamentos nas Unidades Básicas de Saúde e demais estabelecimentos prestadores de serviço do SUS compostos pela gestão pública municipal.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

2. Auxiliar na participação da formulação de políticas e coordenar a execução de ações de saúde, no âmbito do setor.
3. Auxiliar na elaboração, com a área afim, diretrizes e metas a serem alcançadas no campo da promoção, prevenção e recuperação da saúde.
4. Auxiliar na execução no âmbito municipal a política de insumos e medicamentos para a promoção da prevenção de saúde.
5. Participar, em integração com as outras unidades da Secretaria, das ações de otimização de recursos objetivando a sustentabilidade na promoção de saúde da população.
6. Auxiliar junto aos órgãos da Secretaria, métodos que estabeleçam meios de previsão de consumo, padronização e outros que possibilitem maior racionalização dos serviços.
7. Auxiliar na supervisão e controle as atividades de aquisição de insumos e medicamentos junto a área técnica.
8. Participar de reuniões para planejamento das atividades administrativas operacionais.
9. Zelar pelo bom funcionamento da política medicamentosa municipal.
10. Zelar pelo bom funcionamento das instalações, dos espaços físicos, da ambiência e materiais de serviço da Central de Abastecimento Farmacêutico municipal.
11. Zelar pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor.
12. Monitorar e executar as ações e metas direcionadas a sua área afim na Programação Anual de Saúde e Plano Municipal de Saúde.
13. Desempenhar outras atribuições afins correlatas ao exercício do cargo e pleno funcionamento da Administração Municipal e do Sistema Único de Saúde (SUS).

SUBGERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Objetivo: Coordenar as ações de formulação, planejamento, direção, organização, normalização, articulação, controle e avaliação relacionada com a Política de Assistência Farmacêutica no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde – SEMSA.

1. Executar as atividades de dispensação, distribuição; guarda e controle de imunobiológicos, medicamentos e correlatos;
2. Controlar prazos de validade e qualidade de medicamentos e correlatos;
3. Controlar estoque das Unidades de assistência farmacêutica nas Unidades de Saúde;
4. Abastecer o almoxarifado de medicamentos, e correlatos e controlar estoque;
5. Receber, conferir, controlar e distribuir medicamentos e correlatos;
6. Elaborar mapas de consumo de medicamentos e psicotrópicos;
7. Preparar relatórios de consumo de psicotrópicos e enviar aos órgãos competentes;
8. Solicitar a compra, controlar e zelar pelo estoque de medicamentos e correlatos no almoxarifado;
9. Dispensar medicamentos e correlatos aos usuários e às farmácias das Unidades de Saúde;



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

10. Distribuir material para curativos nas Unidades de Saúde;
11. Prestar orientações farmacológicas ao corpo médico e de enfermagem;
12. Organizar e supervisionar os serviços de farmácia, bem como o trabalho dos profissionais farmacêuticos, realizando controle de frequência e férias dos servidores;
13. Coordenar a padronização de medicamentos na rede SUS municipal;
14. Garantir o pleno funcionamento das farmácias das Unidades;
15. Monitorar e executar as ações e metas direcionadas a sua área afim na Programação Anual de Saúde e Plano Municipal de Saúde;
16. Zelar pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor;
17. Abrir procedimento administrativo para aquisição de material, em razão da demanda;
18. Desempenhar outras atribuições afins correlatas ao exercício do cargo e pleno funcionamento da Administração Municipal e do Sistema Único de Saúde (SUS).



PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº. 256/2024

DISPÕE SOBRE EXTINÇÃO E
COMPOSIÇÃO DE CARGOS DE
PROVIMENTO EM COMISSÃO COM
ADEQUAÇÃO INTERNA EM ORGÃO
PERTENCENTE À ESTRUTURA
ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA
DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, contidas dos Arts. 88, III, e 121, I, alínea "b" e "d", da Lei Orgânica Municipal – LOM;

Considerando a necessidade de readequação da estrutura organizacional da Administração Direta do Poder Executivo positivada pela Lei Complementar Nº. 102/2017, por onde, verificou-se a necessidade do ajustamento da máquina administrativa especificamente do órgão **GABINETE DO PREFEITO e SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO – SEMED** vinculado a sua estrutura funcional, objetivando uma abrangência mais eficiente das atividades.

Considerando que, não haverá acréscimo de valores e cargos na estrutura organizacional do Município, tratando-se apenas de transposição com adequação interna referente a cargos de provimento em comissão entre órgãos vinculados a estrutura organizacional administrativa da Administração Direta do Poder Executivo;

Considerando o disposto nos Arts. 2º e 3º da Lei Complementar Nº. 122/2021 combinado o com Art. 5º da Lei Complementar Nº. 124/2021, Art. 3º da Lei Complementar Nº. 130/2022 e Art. 13 da Lei Complementar Nº. 136/2023;

DECRETA:

Art. 1º. Altera dispositivo com extinção e fusão de cargo de provimento em comissão de Chefe de Expediente, Ref. **PC-10**, da Secretaria Municipal da Educação – **SEMED**, para compor o cargo de provimento em comissão de Inspetor de Serviços de Atos Oficiais, Ref. **PC-3**, do Gabinete do Prefeito – **GP**, adequando a estrutura organizacional administrativa, conforme anexo I, deste Decreto.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 2º. Permanecem inalterados os demais dispositivos Estrutura Organizacional Administrativa da Administração Direta do Poder Executivo.

Art. 3º. Fazem parte integrante deste Decreto os anexos:

I. Quadro Demonstrativo com adequação dos cargos comissionados, com símbolos referenciais e respectivos valores;

II. Atribuições dos cargos com adequação;

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir de 01 de maio de 2024.

Guarapari – ES., 16 de maio de 2024.

EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES
Prefeito Municipal



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

ANEXO I

**ADEQUAÇÃO DE CARGOS E REFERÊNCIAS DOS CARGOS
DE PROVIMENTO EM COMISSÃO POR ORGÃOS**

De: cargo de provimento em comissão, extinto:			Para: cargo de provimento em comissão, adequação:		
Chefe de Expediente,	Ref. PC-10	SEMED	De: Supervisão de Atos Oficiais	Ref. PC-5	GP
			Para: Inspetor de Serviços de Atos Oficiais	Ref. PC-03	

ATRIBUIÇÕES DO CARGO

INSPETOR DE SERVIÇOS DE ATOS OFICIAIS

Objetivo: têm como atribuição primária a execução de tarefas rotineiras de apoio administrativo do Gabinete do Prefeito, em especial supervisionar a movimentação dos carros destinados ao Gabinete, dirigir-los e conservá-los em perfeitas condições de funcionamento; estando os mesmo sob sua supervisão direta,

1. Inspeccionar atos, serviços e procedimentos oficiais administrativos;
2. Acompanhar os serviços internos administrativos do órgão;
3. Auxiliar nas atividades administrativas do Gabinete do Prefeito e demais órgãos que compõem a estrutura organizacional;
4. Manter registros das atividades do Gabinete do Prefeito para fornecer elementos necessários à elaboração de relatórios;
5. Dirigir automóveis e demais veículos oficiais de representação;
6. verificar diariamente as condições do veículo, antes de sua utilização, pneus, água do radiador, bateria, nível e pressão de óleo, amperímetro, sinaleiros, freios, embreagens, direção, faróis, tanques de gasolina, entre outros;



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

7. fazer pequenos reparos de emergência;
8. anotar e tomar as providências para o reparo e conserto dos defeitos que não puder efetuar;
9. registrar a quilometragem do veículo no começo e no final do serviço, anotando as horas de saída e chegada;
10. preencher mapas e formulários sobre a utilização diária do veículo, assim como sobre o abastecimento de combustível;
11. comunicar a chefia imediata, tão rapidamente quanto possível, qualquer enguiço ou ocorrência extraordinária;
12. transportar e recolher servidores e autoridades, em local e hora determinados, conduzindo-os conforme itinerário estabelecido ou instruções específicas;
13. zelar pelo bom andamento da viagem, adotando as medidas cabíveis na prevenção ou solução de qualquer incidente, para garantir a segurança dos passageiros, dos transeuntes e de outros veículos;
14. recolher periodicamente o veículo à oficina para revisão e lubrificação;
15. manter a boa aparência do veículo;
16. recolher o veículo após o serviço, deixando-o em local apropriado, com portas e janelas trancadas, e entregar as chaves ao responsável pela guarda da viatura;
17. receber, conferir e registrar o expediente relativo à unidade em que serve;
18. receber e transmitir recados e prestando informações simples ao público, servidores e autoridades;
19. atender ao público interno e externo, e informar mediante consulta a arquivos e fichários;
20. Desempenhar outras atribuições afins.

07 MAIO 2024



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº. 219/2024

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE DENOMINAÇÃO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO COM ADEQUAÇÃO INTERNA ENTRE UNIDADES PERTENCENTES À ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, contidas dos Arts. 88, III, e 121, I, alínea "b" e "d", da Lei Orgânica Municipal - LOM;

Considerando a necessidade de readequação da estrutura organizacional da Administração Direta do Poder Executivo positivada pela Lei Complementar Nº. 102/2017, por onde, verificou-se a necessidade do ajustamento da máquina administrativa especificamente do órgão encarregado pelo sistema de controle interno cognominado Controladoria Geral do Município - CGM, vinculado a sua estrutura funcional, objetivando um desenvolvimento mais eficiente das atividades;

Considerando que, não haverá acréscimo de valores e cargos na estrutura organizacional do Município, tratando-se apenas de adequação interna referente a cargos de provimento em comissão entre órgãos vinculados a estrutura organizacional administrativa da Administração Direta do Poder Executivo;

Considerando o disposto nos Arts. 2º e 3º da Lei Complementar Nº. 122/2021 combinado o com Art. 5º da Lei Complementar Nº. 124/2021, Art. 3º da Lei Complementar Nº. 130/2022 e Art. 13 da Lei Complementar Nº. 136/2023;

DECRETA:

Art. 1º. Altera a denominação e as referências dos Cargos de Provimento em Comissão, adequando a estrutura organizacional funcional, no âmbito do órgão constante do Anexo I, deste Decreto



**MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 2º. Permanecem inalterados os demais dispositivos Estrutura Organizacional Administrativa da Administração Direta do Poder Executivo.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Guarapari/ES, 16 de abril de 2024.

EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES
Prefeito Municipal



**MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

ANEXO I

**ADEQUAÇÃO DE CARGOS E REFERÊNCIA DOS CARGOS
DE PROVIMENTO EM COMISSÃO POR ORGÃOS**

De: cargo de provimento em comissão:			Para: cargo de provimento em comissão:		
Supervisão do GEO - OBRAS	PC-5	CGM	Supervisão de Transparência e Governança Pública	PC-5	CGM

Atribuições:

- I - fomentar ao desenvolvimento da cultura de transparência na Administração Pública Municipal;
- II - realizar a gestão do Portal da Transparência do Poder Executivo Municipal;
- III - promover e acompanhar as políticas de transparência e acesso à informação previstas na legislação;
- IV - monitorar o Portal da Transparência, no que tange à inserção das informações por parte das secretarias;
- V - acompanhar o Portal de Transparência Municipal, tomando providências para sua atualização constante;
- VII - acompanhar a implementação das políticas, procedimentos e instrumentos de transparência da gestão nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- VIII - propor a expedição de normas regulamentando os procedimentos dos órgãos e entidades responsáveis pela extração e divulgação de informações no Portal da Transparência;
- IX - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
- X - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
- XI - promover diligências aos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, necessárias à realização de suas atividades;



**MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

XI formular, coordenar planos, programas, fomentar e apoiar projetos e normas voltados à promoção da transparência e do acesso à informação;

XII – executar outras atividades correlatas que lhe venham a ser atribuídas.

15 MAR. 2024



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº. 127/2024

DISPÕE SOBRE TRANSPOSIÇÃO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO COM ADEQUAÇÃO INTERNA ENTRE UNIDADES PERTENCENTES À ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, contidas dos Arts. 88, III, e 121, I, alínea "b" e "d", da Lei Orgânica Municipal – LOM;

Considerando a necessidade de readequação da estrutura organizacional da Administração Direta do Poder Executivo positivada pela Lei Complementar Nº. 102/2017, por onde, verificou-se a necessidade do ajustamento da máquina administrativa especificamente dos órgãos Secretaria do Gabinete do Prefeito – GP e Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência e Cidadania – SETAC, vinculados a sua estrutura funcional, objetivando um desenvolvimento mais eficiente das atividades.

Considerando que, não haverá acréscimo de valores e cargos na estrutura organizacional do Município, tratando-se apenas de transposição com adequação interna referente a cargos de provimento em comissão entre órgãos vinculados a estrutura organizacional administrativa da Administração Direta do Poder Executivo;

Considerando o disposto nos Arts. 2º e 3º da Lei Complementar Nº. 122/2021 combinado o com Art. 5º da Lei Complementar Nº. 124/2021, Art. 3º da Lei Complementar Nº. 130/2022 e Art. 13 da Lei Complementar Nº. 136/2023,

DECRETA:

Art. 1º. Altera a denominação e as referências dos Cargo de Provimento em Comissão, adequando a estrutura organizacional funcional, no âmbito dos órgãos constantes do Anexo I, deste Decreto.

Art. 2º. Permanecem inalterados os demais dispositivos Estrutura Organizacional Administrativa da Administração Direta do Poder Executivo.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Guarapari – ES, 14 de março de 2024.

EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES
Prefeito Municipal



**MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

ANEXO I

**ADEQUAÇÃO DE CARGOS E REFERÊNCIAS DOS CARGOS
DE PROVIMENTO EM COMISSÃO POR ÓRGÃOS**

De: cargo de provimento em comissão:			Para: cargo de provimento em comissão:		
Gerência Administrativa	Ref. PC-8	GP	Gerência de Abordagem e Acolhimento	Ref. PC-8	SETAC

Cargo: GERÊNCIA DE ABORDAGEM E ACOLHIMENTO

Objetivo: Planejar e supervisionar, junto à Coordenação, as ações e serviços necessários para manutenção e efetivo funcionamento do aeroporto municipal de Guarapari.

1. Gerenciar os serviços e as rotinas administrativas, os processos de trabalho e os recursos humanos da Unidade e do Serviço de Abordagem Social;
2. Contribuir com a elaboração, o acompanhamento, a implementação e avaliação dos fluxos e procedimentos adotados, visando garantir a efetivação das articulações necessárias da abordagem social;
3. Auxiliar e implementar ações na relação cotidiana entre o Centro POP e as demais Unidades e serviços socioassistenciais, especialmente com os serviços de abordagem da população em situação de rua;
4. Contribuir com outras unidades administrativas no processo de articulação cotidiana com as demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos, recorrendo ao apoio do órgão gestor, sempre que necessário;
5. Participar junto com a coordenação da definição com a equipe, da dinâmica e dos processos de trabalho a serem desenvolvidos pela Abordagem Social;
6. Contribuir com a discussão junto a equipe técnica, de estratégias e ferramentas teórico-metodológicas que possam qualificar o trabalho;
7. auxiliar a coordenação na execução das ações, assegurando diálogo e possibilidades de participação dos profissionais e usuários;
8. auxiliar no acompanhamento do (s) serviço (s) ofertado, incluindo o monitoramento dos registros de informações e a avaliação das ações desenvolvidas;
9. colaborar com a alimentação dos registros de informação e monitorar o envio regular, de informações sobre a Unidade ao órgão gestor;
10. contribuir para avaliação, por parte do órgão gestor, dos resultados obtidos pela Abordagem Social;
11. Participar das reuniões de planejamento promovidas pelo órgão gestor de Assistência Social e representar a Abordagem Social em outros espaços, quando solicitado;
12. auxiliar a coordenação nos encaminhamentos à rede e seu acompanhamento;
13. Desempenhar outras funções correlatas.


EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES
Prefeito Municipal

08 FEV. 2024



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº. 053/2024

DISPÕE SOBRE TRANSPOSIÇÃO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO COM ADEQUAÇÃO INTERNA ENTRE UNIDADES PERTENCENTES À ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, contidas dos Arts. 88, III, e 121, I, alínea "b" e "d", da Lei Orgânica Municipal – LOM;

Considerando a necessidade de readequação da estrutura organizacional da Administração Direta do Poder Executivo positivada pela Lei Complementar Nº. 102/2017, por onde, verificou-se a necessidade do ajustamento da máquina administrativa especificamente dos órgãos Secretaria Municipal de Turismo, Empreendedorismo e Cultura - **SETEC** e Secretaria Municipal de Obras Públicas – **SEMOP**, vinculados a sua estrutura funcional, objetivando um desenvolvimento mais eficiente das atividades.

Considerando que, não haverá acréscimo de valores e cargos na estrutura organizacional do Município, tratando-se apenas de transposição com adequação interna referente a cargos de provimento em comissão entre órgãos vinculados a estrutura organizacional administrativa da Administração Direta do Poder Executivo;

Considerando o disposto nos Arts. 2º e 3º da Lei Complementar Nº. 122/2021 combinado o com Art. 5º da Lei Complementar Nº. 124/2021, Art. 3º da Lei Complementar Nº. 130/2022 e Art. 13 da Lei Complementar Nº. 136/2023,

DECRETA:

Art. 1º. Transportar o Cargo de Provimento em Comissão "Gerência de Transporte Aeroportuário", da Secretaria Municipal de Obras Públicas – **SEMOP**, passando o mesmo a integrar a estrutura organizacional da **Secretaria Municipal de Turismo, Empreendedorismo e Cultura - SETEC**, adequando a composição funcional e organograma da referida Secretaria. (SETEC)



**MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 2º - As atribuições da Gerência de Transporte Aeroportuário, são as descritas abaixo:

GERÊNCIA DE TRANSPORTE AEROPORTUÁRIO (SETEC)

Objetivo: Planejar, Supervisionar e coordenar as ações e serviços necessários para manutenção e efetivo funcionamento do aeroporto municipal de Guarapari.

1. Supervisionar os serviços nas áreas úteis e públicas do aeroporto municipal de Guarapari.
2. Supervisionar os serviços de manutenção do aeroporto municipal de Guarapari.
3. Supervisionar os serviços efetuados nas dependências do aeroporto municipal de Guarapari.
4. Supervisionar os serviços de controle operacional do sistema de Aeroportuários.
5. Supervisionar os serviços de controle do patrimônio do aeroporto municipal de Guarapari.
6. Supervisionar e fiscalizar para o funcionamento do aeroporto municipal de Guarapari.
7. Supervisionar as atividades de planejamento e estudos de alterações no sistema de transporte aeroportuário de cargas e passageiros.
8. Desempenhar outras atribuições afins.

Art. 3º. Permanecem inalterados os demais dispositivos da Estrutura Organizacional Administrativa da Administração Direta do Poder Executivo.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Guarapari – ES., 01 de fevereiro de 2024.

EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I

**ADEQUAÇÃO DE CARGOS E REFERÊNCIAS DOS CARGOS
DE PROVIMENTO EM COMISSÃO POR ORGÃOS**

De: cargo de provimento em comissão:				Para: cargo de provimento em comissão:		
Gerência Transporte Aeroportuário	de	Ref. PC-5	SEMOP	Gerência de Transporte Aeroportuário	Ref. PC-5	SETEC

EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES
Prefeito Municipal